

# CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE PODER NO PENSAMENTO DE SIMONE WEIL E DE HANNAH ARENDT

Débora Mariz<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa o conceito de poder no pensamento de Simone Weil e Hannah Arendt. Compreendemos, assim, que para Simone Weil, a liberdade se efetiva não pelo poder, mas pela obediência à ordem presente no mundo (*cosmos*), sob a regência do bem. E, para Hannah Arendt, a liberdade é a ação, exercício do poder, e tem um caráter de indeterminação, marcado pela capacidade humana de começar e conservar o mundo. Contudo, para as duas pensadoras, a ação política tem como peculiaridade a própria liberdade.

**Palavras-chave:** Simone Weil, Hannah Arendt, Poder.

**ABSTRACT:** This article analyzes the concept of power in the thought of Simone Weil and Hannah Arendt. We understand, therefore, that for Simone Weil, freedom is realized not by power, but by obedience to order present in the world (*cosmos*), under the baton of good. And to Hannah Arendt, freedom is the action, exercise of power, and has a character of indeterminacy, marked by the human ability to start and save the world. However, for both thinkers, political action has the peculiarity of freedom itself.

**Keywords:** Simone Weil, Hannah Arendt, Power.

## Introdução

O que é o poder? Por quem ele é exercido? De que maneira e em que medida ele interfere na vida humana? Estas são as perguntas norteadoras do presente trabalho.

A escolha de Simone Weil (1909-1943) e de Hannah Arendt (1906-1975) para o estudo desse tema deve-se à análise cuidadosa que ambas realizam sobre as atividades humanas e suas transformações na modernidade. Apesar dos distintos percursos de vida e perfis intelectuais, as duas pensadoras são fortemente marcadas pela

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: deboramariz@gmail.com

experiência totalitária, além de disporem de sólida educação filosófica, usufruindo uma formação clássica marcada pela familiaridade com o pensamento grego.

“O que estamos fazendo?” – eis o problema norteador de *A Condição Humana*, de Hannah Arendt. “Existe um domínio da vida pública ou privada em que as próprias fontes da atividade e da esperança não estejam envenenadas pelas condições nas quais vivemos?” – eis uma pergunta central das *Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social*, de Simone Weil.

Apresentaremos brevemente o conceito de poder em Simone Weil, a partir do texto *Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social*, escrito em 1934 e publicado em 1955, no livro *Opressão e Liberdade* (OL) e no pensamento de Hannah Arendt, a partir do capítulo V (*Ação*) de *A Condição Humana*, publicado em 1958. Em seguida, abordaremos algumas convergências e divergências acerca desse conceito apresentado por estas pensadoras.

## **I O conceito de poder em Simone Weil**

No texto *Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social*, Simone Weil analisa o conceito de poder compreendido como uma força de opressão do ser humano. A noção de força é central no pensamento weiliano, principalmente para se pensar os problemas sociais. Para a filósofa francesa, tudo o que existe no mundo está submetido à força, sendo ela o único herói da *Iliada* de Homero, visto que ela pode matar, transformando o homem em cadáver ou quando não o mata, transforma-o em coisa, seja ele oprimido ou opressor<sup>2</sup>.

Mas nem toda força é sinônimo de opressão, como a força brutal da natureza que submetia o homem primitivo à dominação da natureza. Aqui não podemos dizer que há “opressão” da natureza, pois o homem primitivo vivia uma relação de necessidade com ela, preocupado apenas com sua sobrevivência. À exceção do homem primitivo, a opressão está presente historicamente em todas as formas de organização social e ela “se exerce não pela maneira como se usa uma força, mas pela própria

---

<sup>2</sup> Cf. *L'Iliade ou le poème de la force*, p. 10: “Les hommes ne sont pas divisés, dans l'Iliade, en vaincus, en esclaves, en suppliants d'un côté, et en vainqueurs, en chefs, de l'autre; il ne s'y trouve pas un seul homme qui ne soit à quelque moment contraint de plier sous la force”.

natureza da força”<sup>3</sup>. Nesse sentido, o homem moderno, embora tenha certo domínio sobre a natureza, ainda sofre o impacto desta, mas encontra-se principalmente submetido às determinações de outros homens e está submetido ao domínio imposto pela técnica<sup>4</sup>.

Por uma estranha inversão, explica Simone Weil, essa dominação do homem sobre a natureza pelo trabalho transformou-se em submissão e, na atualidade, os homens estão submetidos ao poder da sociedade que ele mesmo forma com seus semelhantes. Este é o único fator de servidão: a dominação do homem por outros homens. Assim, enquanto a luta do homem primitivo contra a natureza tinha limites bem definidos e lhe conferia a medida de seu esforço, sendo entendida como *necessidade*; a luta do homem moderno contra outros homens é ilimitada e envolve submissão a outros homens que também devem esforçar-se para lutar, num processo chamado *opressão*.

A subordinação é importante quando implica a necessidade de obedecer, daí o comando de poucos na coordenação do trabalho, e por isso a relação do homem com a matéria no processo de produção seguir etapas determinadas. Mas a subordinação é nociva quando moralmente degradante, isto é: quando gera uma extrema obediência e uma cisão entre pensamento e mundo.

Na perspectiva weiliana, o homem não pode ser um brinquedo das forças cegas da natureza assim como não pode ser um brinquedo das coletividades cegas<sup>5</sup>. Ela explica que a opressão é decorrente das condições objetivas, materiais, que constituem a organização social, como a existência de privilégios presentes, por exemplo, nos ritos religiosos sob o monopólio dos padres; no domínio da técnica pelos profissionais especializados ou na moeda concedida ao trabalhador. A esse respeito ela diz: “os instrumentos de poder, armas, ouro, máquinas, segredos mágicos ou técnicos existem

---

<sup>3</sup> Cf. WEIL. *Oppression et liberté*, p. 63: “La notion de force est loin d'être simple, et cependant elle est la première à élucider pour poser les problèmes sociaux. La force et l'oppression, cela fait deux ; mais ce qu'il faut comprendre avant tout, c'est que ce n'est pas la manière dont on use d'une force quelconque, mais sa nature même qui détermine si elle est ou non oppressive”.

<sup>4</sup> A esse respeito Simone Weil diz: “Ainsi, en dépit du progrès, l'homme n'est pas sorti de la condition servile dans laquelle il se trouvait quand il était livré faible et nu à toutes les forces aveugles qui composent l'univers ; simplement la puissance qui le maintient sur les genoux a été comme transférée de la matière inerte à la société qu'il forme lui-même avec ses semblables”, *ibidem*, p. 77.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 92. Nessa mesma passagem, a filósofa critica a noção de coletividade, entendida como um conceito vazio, pois não se pode conceber a unidade como mera soma de trabalhos parcelados, nem se pode compreender o poder da coletividade sob a forma de conservação do progresso técnico. Nesse sentido, as coletividades só ampliariam a opressão e, tal como na Revolução Russa, daria a impressão de que o homem nasce escravo, sendo a servidão sua própria condição.

sempre fora daquele que dele dispõe, e podem ser tomados por outros. Assim, todo poder é instável”<sup>6</sup>. Em todos esses exemplos o que muda é o grau de concentração do poder e a desigualdade constitui-se como a luta pelo poder expressa na tentativa de sua manutenção voltada contra os rivais e contra os oprimidos. Assim os homens tornam-se desprovidos de ação, pois não há mais julgamento e resolução, apenas rebaixamento e ameaças. O poder assim entendido só é exercido entre os homens, mas sob a forma de uma busca ilimitada pelo poder.

Para interromper esse ciclo seria preciso o equilíbrio entre os que comandam e os que obedecem, suprimindo a desigualdade. Mas Simone Weil não acredita ser possível a existência de um poder estável que permitisse esse equilíbrio, pois ela compreende que em todo poder há uma contradição essencial, a saber: ele não pode jamais existir propriamente, mas coloca o homem numa corrida desmedida e ilimitada<sup>7</sup> pela busca de poder.

Nisso reside, para Simone Weil, o mal essencial da humanidade: a substituição dos fins pelos meios na busca pelo poder, pois o desejo de poder é apenas a procura de meios de ação que ultrapassam a força de um indivíduo<sup>8</sup>. Para ela, as relações de dominação e submissão constituem um desequilíbrio sem remédio e expresso tanto na vida privada – quando o amor procura subordinar seu objeto ou subordinar-se – quanto na vida pública – pela divisão do trabalho que exclui a igualdade, condenando a vida social à luta pelo poder.

Se, culturalmente ocorreu uma cisão entre pensamento e ação, sendo o pensar executado por técnicos qualificados e cientistas e o agir realizado pelos operários; socialmente, o imperativo econômico impôs um ritmo desenfreado à produção e transformou o trabalho numa repetição de gestos sem sentido para o trabalhador que entrou num ciclo de trabalhar para comer e comer para trabalhar. A esse respeito, a autora se questiona: como poderia o homem sair dessa sujeição da natureza e da sociedade? Quais instrumentos a nossa civilização poderia fornecer aos homens que desejassem romper tal sujeição?<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> Ibid., p. 66.

<sup>7</sup> A noção de limite e ilimitado, bem como de equilíbrio e harmonia marcam a influência da tradição grega no pensamento Simone Weil, principalmente de Platão e Anaximandro, levando-a a pressupor que as coisas são limitadas pelo bem, o que garante o equilíbrio, a harmonia e a proporção na natureza; enquanto o ilimitado levaria à desordem, à desmedida e ao excesso, sendo por isso um mal.

<sup>8</sup> WEIL. *Oppression et liberté*, p. 67.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 78.

Para superar essa cisão entre pensamento e ação, Simone Weil propõe um resgate daquilo que é propriamente humano, ou seja, sua capacidade de pensar e a sociedade da qual ele depende, precisa que ele pense. Apesar do homem na atualidade estar sujeito à busca desmedida de poder e à submissão de outros homens, “nada no mundo pode obrigar um homem a exercer sua capacidade de pensamento nem lhe retirar o controle de seu próprio pensamento”<sup>10</sup>.

Na vida social contemporânea, o pensamento está reduzido a um papel subalterno e é como se a função de controlar fosse transferida do pensamento para as coisas. Também o poder do Estado se exerce em todos os domínios até mesmo no domínio do pensamento, como visto nas formas totalitárias de organização social. Inclusive, explica a filósofa francesa, “é a ausência de pensamento livre que torna possível impor pela força doutrinas oficiais inteiramente desprovidas de significado”<sup>11</sup>.

A liberdade não é entendida pela filósofa como uma ausência de necessidade ou uma relação entre desejo e satisfação, pelo contrário, é definida por uma relação entre pensamento e ação, fruto do próprio julgamento humano na ação, que está inscrita numa trama de necessidades. Apesar de ter consciência da perversão do sentido do trabalho na modernidade, Simone Weil define o trabalho como fonte de liberdade entendida como ato de submissão consciente a esta necessidade presente na ordem do universo.

A proposta weiliana consiste em uma civilização do trabalho – não no sentido capitalista ou socialista vivenciado na Rússia desde o plano quinquenal, pois estas experiências valorizaram o produto do trabalho e não o trabalhador. Sua proposta é a do trabalho compreendido como o ato humano por excelência, sendo o próprio centro da cultura e este não pode mais ser visto como “um meio de escapar da vida real”, mas deve ser visto como aquele que faz os homens livres<sup>12</sup>. Para tanto, é fundamental uma educação operária como método de libertação da ignorância de um povo amansado pela cultura de massa. Mesmo reconhecendo que este quadro está longe das condições reais

---

<sup>10</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>12</sup> Para Simone Weil, um modo de produção plenamente livre, seria aquele em que: “La technique devrait être de nature à mettre perpétuellement à l'oeuvre la réflexion méthodique; l'analogie entre les techniques des différents travaux devrait être assez étroite et la culture technique assez étendue pour que chaque travailleur se fasse une idée nette de toutes les spécialités; la coordination devrait s'établir d'une manière assez simple pour que chacun en ait perpétuellement une connaissance précise, en ce qui concerne la coopération des travailleurs aussi bien que les échanges des produits; les collectivités ne seraient jamais assez étendues pour dépasser la portée d'un esprit humain”, ibidem, p. 93.

da vida humana, mais longe “do que a ficção da idade de ouro”<sup>13</sup>, a pensadora enfatiza a importância desse ideal, enquanto ideal, ser o ponto de referência para a análise das formas sociais reais.

## II O conceito de poder em Hannah Arendt

Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt analisa a *vita activa*, que foi considerada algo secundário pela tradição filosófica e religiosa, pois as reflexões sobre ela advêm daqueles que se dedicaram ao ócio, próprio da vida contemplativa<sup>14</sup>. Contrário a esta concepção, o pensamento arendtiano visa ressignificar a *vita activa*; para tanto, são apresentados três âmbitos do fazer humano: trabalho, obra e ação.

O *trabalho*, nessa acepção, refere-se aos processos biológicos do corpo, necessários à manutenção da vida em seu sentido mais elementar – trabalhar e consumir são condições fundamentais à vida humana. O esforço e a gratificação, inerentes à fadiga dessa atividade, representam a própria condição humana e nela consiste sua felicidade. Já a *obra* é a atividade do *homo faber*, responsável pela produção do artificialismo da existência (mundanidade) através da transformação dos materiais, extraídos da natureza, em objetos de uso. A obra tem como produto ferramentas e instrumentos. Por fim, a *ação* é a atividade exclusiva do homem<sup>15</sup>, fruto da teia de relações com os outros homens no mundo (domínio público), que permite manifestar a vida em seu sentido não biológico, através do agir e do falar, cujos resultados são imprevisíveis. É no próprio âmbito da ação que se faz presente o conceito de poder.

Para Hannah Arendt, o poder é constitutivo do domínio público, pois ele só pode ser efetivado na comunhão do ato e da palavra, ou seja, “onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais [...] e onde as palavras são empregadas para desvelar realidades e os atos para estabelecer relações e criar novas realidades”. Nesse sentido, o

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>14</sup> Sob a perspectiva do ideal de vida contemplativa, diz Hannah Arendt: “é próprio da condição humana que a contemplação permaneça dependente de todos os tipos de atividade — ela depende do trabalho para produzir tudo o que é necessário para manter vivo o organismo humano, depende da fabricação para criar tudo o que é preciso para abrigar o corpo humano e necessita da ação para organizar a vida em comum dos muitos seres humanos, de tal modo que a paz, a condição para a quietude da contemplação, esteja assegurada”. Cf. ARENDT, Hannah. “Trabalho, obra, ação”. Tradução de Adriano Correia e revisão de Theresa Calvet de Magalhães. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 7, 2/2005, pp. 175-201; 176.

<sup>15</sup> *A condição humana*, p. 27.

poder entendido em sua acepção grega, latina ou alemã é sinônimo de potencialidade, algo que não existe necessariamente, nem é pura atualidade. Assim, enquanto potencial de poder, ele distingue-se da força e do vigor, compreendidos pela pensadora como “uma entidade imutável, mensurável e confiável”. Desse modo compreendido, o poder só pode ser efetivado entre os homens, quando estes agem juntos e jamais é inteiramente materializado “por ter um espantoso grau de independência de fatores materiais, sejam estes números ou meios”<sup>16</sup>. Daí ele ter um caráter essencialmente ilimitado, mas dependente da existência de outras pessoas para efetivar-se, ou seja, ele depende da condição humana da pluralidade, mantendo as pessoas unidas após o instante fugaz da ação<sup>17</sup>.

A política, nessa perspectiva, é compreendida como um caso especial e privilegiado da ação e do discurso, onde se encontra a dimensão mais acabada do caráter relacional da condição humana. Isso significa que a ação política é condicionada pela pluralidade e realiza-se em concerto com os outros no mundo. Vale ressaltar que nem todo agir e discursar com os outros é político; nem tudo que é público é, também, político, bem como nem toda ação é ação política, por exemplo, a ação de um cientista.

Esta condição de poder, inerente à existência de outros homens, é um fator importante para impedir a possibilidade da onipotência humana, o que implicaria na destruição da própria pluralidade. Se, como dissemos, o poder é relação e vem a ser (enquanto potencialidade) em relação à pluralidade, não seria possível associa-lo à violência ou à opressão. A força, para Hannah Arendt, não pode substituir o poder, mas destruí-lo pela violência, tal como nos mostra a aspiração à impotência pelo uso da força presente na experiência totalitária e mesmo na tirania, por impedir o desenvolvimento do poder, impedindo o agir e o falar em conjunto. Vale ressaltar que, embora os homens submetidos à força sejam impossibilitados da ação, eles não estão impossibilitados do exercício das outras atividades humanas (trabalho e ação), pois esta só depende do vigor de cada indivíduo. Na perspectiva arendtiana, mesmo quando o poder dos homens está destruído pela violência é possível a manutenção da força produtiva individual (vigor).

Mas, vale ressaltar, há um descrédito conferido ao poder e a esse respeito Hannah Arendt diz:

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 250.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 251.

Talvez nada em nossa história tenha durado tão pouco quanto a confiança no poder, e nada tenha durado mais que a desconfiança platônica e cristã em relação ao esplendor que acompanha seu espaço da aparência; e – finalmente, na era moderna – nada é mais comum que a convicção de que “o poder corrompe”<sup>18</sup>.

Um dos fatores dessa desconfiança no poder deve-se ao desenvolvimento técnico-científico na modernidade, em que o *homo faber*, construtor do mundo, não compreende o significado do que produz (em nome de que?), apenas sua utilidade (para que?) e isso gera um problema, pois, por só compreender o princípio da utilidade, poderá converter o mundo em meio, cujo artifício técnico representado pela máquina não oferece mais uma morada permanente e estável para o próprio homem. Aqui se apresenta uma aporia da modernidade: se o mundo construído pela fabricação não pode ser presidido por regras de fins e meios, como poderá o homem moderno reconstruir a sua morada?

No pensamento arendtiano, é necessário ao homem transcender a funcionalidade dos bens de consumo e a utilidade dos objetos de uso através da ação, pois é a capacidade humana de começar, ou seja, é a capacidade humana de transcender a sua condição, transformando, alterando, intervindo em seu próprio estar no mundo. Nesse sentido, ação e discurso são fins em si mesmos, pois constituem a própria atualidade do homem e não no resultado de um produto exterior ao próprio agente e falante, decorrente da relação instrumental meios e fins. E o poder preserva o domínio público e o espaço da aparência, garantindo a permanência do mundo, enquanto morada e assunto dos homens.

Mas na era moderna, explica a filósofa, ocorreu a substituição da ação (âmbito do domínio público) pelo comportamento (âmbito social), bem como “a substituição do governo pessoal pela burocracia, que é o governo de ninguém”<sup>19</sup>. Isso ocorreu pelo advento do “social” que marca uma zona intermediária e de desfiguração entre âmbitos distintos na antiguidade, a saber dos domínios público e privado<sup>20</sup>. Na

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 255.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>20</sup> A esse respeito, Hannah Arendt conclui: “embora nos tenhamos tornado excelentes na atividade do trabalho que realizamos em público, a nossa capacidade de ação e de discurso perdeu muito de seu antigo caráter desde que a ascendência do domínio social banuiu estes últimos para a esfera do íntimo e do privado”, ibidem, p. 60. Em outra passagem ela explicita a perda da distinção entre os domínios público e privado pela esfera social, que transforma o público em função do privado e o privado como a única preocupação comum que restou entre os homens, p. 85.



sociedade de massas, a qual estamos inseridos na modernidade, os homens estão privados do mundo comum, próprio do domínio público. O mundo comum é aquele em que os homens podem ver e ouvir os outros, bem como serem vistos e ouvidos.

Se a ação e, conseqüentemente, o exercício do poder só é possível na pluralidade de relações do homem com seus iguais, resultando na capacidade de agir e falar em conjunto, ela ficará obscurecida pelo social, pois nesse âmbito os homens tornaram-se prisioneiros de sua própria subjetividade<sup>21</sup>. Como a ação não é possível no isolamento, aquilo que deveria manter-se no domínio privado invade o social e perverte o domínio público.

### **III Convergências e divergências acerca do conceito de poder em Simone Weil e Hannah Arendt**

Tanto Simone Weil quanto Hannah Arendt compreenderam o poder como um elemento presente na relação entre os homens, afetando diretamente a qualidade dessa convivência, ou seja, o que é comum entre os homens. Além disso, para as duas pensadoras, o poder tem como característica ser instável e nunca plenamente efetivado, embora em sentidos distintos: para Simone Weil, essa instabilidade gera a opressão social e depende da posse e da manutenção de instrumentos (materiais) de poder; para Hannah Arendt, essa instabilidade permite construir o sentido comum que marca nossa relação com os outros homens no mundo e evita a onipotência humana que levaria à sua destruição.

Para Simone Weil, o poder associado ao desenvolvimento tecnológico teve como consequência a cisão entre pensamento e ação na modernidade e transformou as relações humanas em relações instrumentais. Já para Hannah Arendt, o poder foi desfigurado na modernidade pela perda do domínio público com a emergência do social; nesse sentido, as relações humanas não estão mais vinculadas ao comum entre os homens, mas ao que é construído pela lógica econômica da sociedade de mercado.

Para as duas pensadoras, a liberdade é pensada na própria ação, em consonância com os outros homens numa vida comum e é a ausência de dominação. Elas entenderam que, na modernidade, a liberdade deu lugar ao comportamento social. Mas, vale ressaltar, para Simone Weil, a liberdade se efetiva não pelo poder, mas pela

---

<sup>21</sup> Ibidem, p. 71.

obediência à ordem presente no mundo (cosmos), sob a regência do bem<sup>22</sup>. Já para Hannah Arendt, a liberdade é a ação, exercício do poder, e tem um caráter de indeterminação, marcado pela capacidade humana de começar e conservar o mundo – mundo entendido como construção dos homens e não como cosmos.

### Considerações finais

A partir da análise do conceito de poder nas duas pensadoras, percebemos que no pensamento weiliano, a dimensão política também se encontra na própria ação, mas só poderá efetivar-se em uma *nova* civilização<sup>23</sup> que tenha o trabalho como centro cultural, pautado na unidade de pensamento e ação. No pensamento arendtiano, por sua vez, esta dimensão política encontra-se na própria ação exercida no domínio público, cuja marca é a capacidade de *começar*. Para as duas pensadoras, a ação política tem como peculiaridade a própria liberdade e mais importante do que a utilidade ou o resultado da ação, elas não pretenderam instrumentalizar a política, mas compreenderam a importância da ação como atualização da própria condição humana, a saber: a de sermos iniciadores (de algo novo) pela capacidade de agir. Sob as perspectivas arendtiana e weiliana *o novo* é pautado no desejo do homem enraizar-se no mundo, construindo-o e preservando-o em relação com os outros homens.

### Bibliografia

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo e revisão de Adriano Correia. 11ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

---

<sup>22</sup> Acerca da influência platônica no pensamento weiliano, Maria José Vaz Pinto explica que: “O elogio do tradicionalismo não impede que Simone Weil se comprometa nos combates em prol da revolução, entendida como mudança das condições do trabalho, e, noutro contexto, instada pela premência de responder às tremendas dificuldades do seu tempo, tenha reclamado a inovação radical no plano do agir. Em ambos os casos, ela reconhece que “nada de humano pode ser captado ou compreendido senão ‘num modo’ da sua actividade, o trabalho”, *Tradição e inovação*, p. 2.

<sup>23</sup> Para Simone Weil, as causas da alienação não residem nas leis econômicas que regem o mercado, mas devem ser procuradas na própria atividade do trabalhador e nos elementos de sua atividade produtiva. Para Hannah Arendt, as causas da alienação também não residem nas leis econômicas, mas são encontradas na relação do homem com o mundo pelo advento do social.

\_\_\_\_\_. *The human condition*. 2ed. Chicago/London: Chicago Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Trabalho, obra, ação. Tradução de Adriano Correia e revisão de Theresa Calvet de Magalhães. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 7, 2/2005, p. 175-201.

WEIL, Simone. Réflexions sur les causes de la liberté et de l'oppression sociale. In : *Oppression et liberté*. Paris: Gallimard, 1955.

\_\_\_\_\_. L'Iliade ou le poème de la force. In : *Les Cahiers du Sud*, Marseille, décembre 1940 à janvier 1941. Disponível em <http://www.simoneweil.com.br/p/obras-de-simone-weil-para-download.html>, acesso em 3/mai/2013.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes* VI: Cahiers. Paris: Gallimard, 1994; v. 1, 2 e 3.

ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. Tradução de Tatiana Salem Levy e Marcelo Jacques. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DANESE, Attilio. A política como busca do bem possível. In: NICOLA, G.P; BINGEMER, M.C.L. (org.). *Simone Weil: ação e contemplação*. São Paulo: Edusc, 2005.

PINTO, Maria José Vaz. *Tradição e inovação: o legado do platonismo em Simone Weil e Hannah Arendt*. Disponível em: <http://www.simoneweil.com.br/p/artigos-sobre-simone-weil-em-lingua.html>, acesso em 3/5/2013.

ROLLAND, Patrice. Simone Weil et Hannah Arendt: la politique entre bonheur e malheur. In: NARCY, M.; TASSIN, E. (Org.). *Les catégories de l'universel: Simone Weil et Hannah Arendt*. Paris: L'Harmattan, 2001.